



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

COMISSÃO PERMANENTE REUNIÃO DE 30 DE ABRIL DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Ana Paula Mata Bernardo](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 33 minutos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 833/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Roma.

Na abertura do debate, requerido pelo PCP, sobre «A quebra de fornecimento de energia elétrica em Portugal», interveio o Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), tendo posteriormente respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Vaz](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa](#)

[Real](#) (PAN) e [Paulo Muacho](#) (L).

Na fase de intervenções, usaram da palavra os Deputados [Salvador Malheiro](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Pedro Vaz](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

No encerramento do debate, interveio a Ministra do Ambiente e Energia (Maria da Graça Carvalho).

O Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 42 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, peço aos agentes da autoridade que abram as galerias para o acesso a quem quiser acompanhar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 33 minutos.

O Sr. Secretário da Mesa Jorge Paulo Oliveira tem algum expediente para ler, pelo que tem a palavra.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que deu entrada na Mesa e foi admitido pelo Sr. Presidente o Projeto de Resolução n.º 833/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Roma.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A nossa ordem do dia consiste no debate, requerido pelo PCP, sobre «A quebra de fornecimento de energia elétrica em Portugal». O Governo tem uma intervenção inicial de 6 minutos, com a gestão do tempo suficiente para poder responder a eventuais pedidos de esclarecimento que se façam relativamente a essa intervenção. Senão, terá de fazê-lo só na parte final, com os tempos que foram acordados na Conferência de Líderes de ontem.

Vai então usar da palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O apagão elétrico do passado dia 28 de abril foi grave, inédito e inesperado. De um momento para o outro, estiveram em risco doentes em cuidados intensivos, bebés em incubadoras; foram afetadas as comunicações mais básicas, os transportes essenciais, os semáforos; a segurança esteve ameaçada por horas, por falta de iluminação na rua ou de sistemas de alarme e de segurança.

A lista pode continuar. O corte de energia atingiu-nos a todos de surpresa, a abrangência era transversal e os potenciais impactos enormes.

O passado dia 28 de abril foi um momento definidor: e se corresse mal? Como me dizia ontem um jornalista, em canal aberto, sobre a dificuldade de responder a este fenómeno: «A pandemia estava anunciada que chegaria cá. Agora nós não sabíamos o que ia acontecer.» Ninguém sabia. Mas a população, as autoridades, os trabalhadores e o Governo, todos, juntos, respondemos de forma eficaz.

Desde o primeiro minuto, era necessário fazer o essencial: proteger as populações, recuperar rapidamente o fornecimento elétrico, garantir os serviços essenciais e prejudicar o mínimo possível o funcionamento do País.

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

Tudo isto exigia uma liderança serena e competente, e assim agiu o Governo: declarámos a situação de crise energética; ativámos os mecanismos de coordenação de contingência em crise previstos na lei; garantimos o abastecimento prioritário aos serviços essenciais — aos hospitais, às forças de segurança, aos transportes e à proteção civil —; demos prioridade absoluta à continuidade dos serviços de saúde mais críticos, que, com o prolongar da situação, corriam o risco de colapsar; preparámos a noite com as forças de segurança, para que o caos não se instalasse e houvesse policiamento nas ruas.

Gerimos incontáveis emergências, e hoje sabemos que, segundo a Proteção Civil, o resultado desta emergência foi, e cito, «vítimas zero» — e era este o resultado que todos desejávamos.

A energia começou a ser reposta ao final da tarde, e ainda nessa primeira noite estava a rede elétrica totalmente restabelecida. Recuperámos a eletricidade mais rapidamente do que no país ao lado, sem a ajuda externa de que eles poderiam beneficiar.

Fomos rápidos, face a episódios comparáveis em outros países. Como antigos governantes do Partido Socialista já realçaram, conseguimos ser bem-sucedidos.

O País acordou, no dia seguinte, vivendo largamente em normalidade, com praticamente todas as escolas reabertas, bem como com abastecimento de água, transportes e serviços de saúde.

E, àqueles que se focam em discutir dificuldades na comunicação pública, digo: é porque reconhecem que o essencial funcionou.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — E, não tenhamos dúvidas, o essencial chegou mesmo a estar em causa.

Apesar da enorme adversidade, também tentámos a comunicação com todos os portugueses e por todos os canais, da televisão às redes sociais, do SMS (*short message service*) à rádio. E, sim, privilegiámos a rádio, porque nestas situações sabemos ser o meio mais resiliente.

A interrupção da eletricidade deu-se às 11 horas e 33 minutos. Eu próprio, em nome do Governo, menos de uma hora depois, estava a comunicar, através dos canais de rádio e de televisão, ao País. O Primeiro-Ministro falou três vezes nesse dia, a primeira das quais às 15 horas e 5 minutos.

Ministérios, autoridades, fornecedores de energia, foram emitindo informações e avisos às populações, durante o dia, pelos meios que tinham disponíveis. Procurámos garantir que se comunicava o que era necessário, sem nunca entrar em oportunistas exercícios de propaganda política.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — As bifanas!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Obviamente que, num cenário de caos iminente, não conseguimos garantir que tudo seja perfeito, sem dificuldade ou sem incerteza. Este foi um acontecimento gravíssimo e há aprendizagens que podem ser retiradas, mas, perante uma ameaça tão rápida, surpreendente e com um potencial tão destruidor, focámo-nos naquilo que era prioritário.

Quando muitos se prendem nas críticas à comunicação, no país aqui ao lado, Portugal é destacado como um exemplo na eficácia da gestão da crise e na comunicação! Mas, assumamos, temos todos a aprender com esta emergência. Por isso, no Governo, fomos os primeiros a exigir o esclarecimento cabal de tudo o que aconteceu: avançámos com um pedido, à União Europeia, de uma auditoria independente para identificar as causas desta crise, causas que não tiveram origem em Portugal; avançámos com a criação de uma comissão técnica independente, para que, cá dentro, se faça uma avaliação de mecanismos de reação e de gestão desta crise, da resiliência dos sistemas elétricos, dos serviços críticos, do funcionamento da Proteção Civil, das comunicações e da área da saúde.

Há momentos na vida de um país em que se testa, de forma muito concreta, a capacidade que uma comunidade tem de agir, com responsabilidade, rapidez e solidariedade, e em que as lideranças são testadas na sua autoridade, competência e serenidade. Todos, todos — cidadãos, sociedade civil, empresas, Administração Pública e Governo —, todos devemos estar orgulhosos e humildes.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Orgulhosos com o que conseguimos evitar, humildes para continuar a aprender para o futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem cinco pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Tem tempo?! Tinha tempo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Tem 35 segundos.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Tem 36 segundos.

O Sr. **Presidente**: — Tem 36 segundos... Houve um apagão ali, no tempo!

Pausa.

Já está outra vez. Foi repostado em menos de 10 segundos.

Deduzo que responda em simultâneo a todos os pedidos de esclarecimento, e depois completará na outra intervenção.

Pausa.

O PSD cede 1 minuto e 30 segundos ao Governo. Peço que se acrescente, se faz favor, 1 minuto e meio ao tempo disponível de 36 segundos.

Pausa.

E mais 30 segundos, que foram cedidos pelo CDS-PP.
Portanto, o esforço de «todos, todos, todos» está a resultar.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Eu também preciso! Quem é que me dá?

O Sr. **Presidente**: — Então, o Sr. Ministro da Presidência responderá em conjunto, dispondo de 2 minutos e 36 segundos para a respetiva resposta, mais o tempo de tolerância.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou fazer algumas questões objetivas, para as quais pedia respostas objetivas da parte do Sr. Ministro da Presidência.

No âmbito da Lei de Bases da Protecção Civil, como foi caracterizado o incidente de segunda-feira? Acidente grave ou catástrofe?

Tendo em conta que o apagão se verificou sensivelmente por volta das 11 horas e 30 minutos — às 11 horas e 33 minutos, como disse —, a que horas a REN (Redes Energéticas Nacionais) comunicou ao Governo o incidente na rede, e como se processou essa comunicação?

A comunicação foi efetuada pelo Centro de Despacho operacional da REN ou pelo Presidente da REN? E a quem foi feita essa comunicação? Ao Presidente do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, como determina a lei, à Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, à Ministra da Administração Interna, à Ministra do Ambiente e Energia, ao Ministro da Presidência, ao Primeiro-Ministro ou ao Ministro das Infraestruturas?

A que horas se determinou o corte das interligações com Espanha e que se iria efetuar o *black start* na Tapada do Outeiro e em Castelo de Bode?

A decisão foi de iniciar em conjunto ou em separado?

A que horas se verificou o *black start*? É verdadeira a informação de que os *black start* tiveram tentativas falhadas de início? Se sim, porquê?

Qual foi a hora comunicada pela REN para o restabelecimento da operação de abastecimento?

A que horas reuniu o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pergunte ao Galamba!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — A que horas o gabinete de crise da Segurança Interna e Proteção Civil determinou que não tinha capacidade para abastecer de combustível a Maternidade Alfredo da Costa e informou o Governo de que os motoristas dos membros do Governo teriam, eles próprios, de abastecer a maternidade com jerricãs?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — E em Pedrógão?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Propaganda!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pergunte ao Galamba!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Propaganda foi Pedrógão!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Continuação de protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

Sr.^a Deputada, só 1 minuto.

Pausa.

Srs. Deputados...

Continuação de protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

Preciso de dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, mas só a darei quando os Srs. Deputados deixarem de comunicar uns com os outros diretamente.

Pausa.

É que, como há menos Deputados, ainda se ouve mais o ruído...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estamos a fazer um esforço...!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Ministros, temos ouvido os responsáveis do Governo, e até o Secretário-Geral do Partido Socialista, a dizerem que se a REN fosse pública esta falha não teria sido evitada. E é verdade! Muito provavelmente, a REN pública não teria evitado a falha...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não, porque em Espanha foi fantástico!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... na rede elétrica, e tudo teria acontecido da mesma forma.

Isso não quer dizer, no entanto, que não existe um problema de segurança no facto de a rede elétrica nacional ser hoje propriedade de um Estado estrangeiro.

O primeiro RASI (*Relatório Anual de Segurança Interna*) que foi publicado por este Governo acrescenta um parágrafo que não estava em versões anteriores do *Relatório Anual de Segurança Interna* e que diz que «[...] a presença de operadores e fornecedores estrangeiros, considerados de risco, em infraestruturas críticas e setores estratégicos nacionais, mereceu avaliação preventiva de ameaças à segurança interna [...]».

Eu destacava dois pontos deste *Relatório Anual de Segurança Interna*: o primeiro é o dos «operadores e fornecedores estrangeiros, considerados de risco, em infraestruturas críticas» e o segundo é o das «ameaças à segurança interna».

Por isso, a pergunta que tenho para lhe fazer, Sr. Ministro, é: o que é que foi discutido acerca deste ponto quando avaliaram o RASI?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não tem a ver com isso...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pergunto o que é que vai fazer perante uma ameaça à segurança interna que toda a gente compreende, que é o facto de a nossa rede elétrica ser detida por um Estado estrangeiro — neste caso, o Estado chinês —, e se estes alertas vão continuar a ser ignorados.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, por 2 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a quebra de fornecimento de energia elétrica deixou mais visíveis os interesses que estão na base da gestão do sistema elétrico português, e não são os interesses nacionais. Se Portugal tem capacidade de produção de energia elétrica — aliás, como foi dito —, designadamente hídrica, uma energia renovável, qual a razão para estarmos a importar 30 % da nossa energia quando se deu o apagão?

A resposta será: porque era mais barata.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas era mais barata para quem? Não é para as famílias nem para as empresas,...

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — É, é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro que é!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... porque estas o que sabem é que pagam dos preços mais altos na União Europeia. Quem ganha são os grupos económicos da área da energia, que aumentam — e muito! — os seus lucros.

E é o País que perde, ao deixar de utilizar a sua capacidade instalada. Então não se deve importar só quando não houver capacidade nacional? Não é isso que faz sentido? É! Mas, mais uma vez, é a lógica do tal «mercado» que prevalece.

Ainda por cima, no nosso País estão a destruir sobreiros, azinheiras, carvalhos, para instalar grandes áreas de fotovoltaicas sem qualquer planeamento em função das necessidades nacionais.

O País precisa de progredir, sim, na transição energética, mas numa transição ao serviço dos interesses nacionais, que garanta a soberania e a segurança energéticas do País em vez de estar orientada para os lucros cada vez maiores dos grupos económicos.

Este modelo não traz energia mais barata, como é dito, e muito menos traz a segurança de que precisamos. Aliás, como diz o nosso povo, «o barato sai caro», porque o que conseguiram mesmo foi paralisar o País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Membros do Governo e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Sr. Ministro, sabemos que poderia ter corrido pior, mas também poderia ter corrido melhor, nomeadamente na dimensão da comunicação, não só porque houve informação contraditória — mais parecia que não estavam em apagão, mas antes em curto-circuito — como também esta foi muito demorada. E foi demorada, desde logo, no afastar de *fake news*, pois demorou-se mais de três horas a fazerem-se publicações nas redes sociais do Governo; foi demorada no envio de mensagens, que chegaram à população cinco horas após o início do apagão, e a maioria só chegou ao destino quando a luz já estava a funcionar; e foi também demorada no próprio Ministério da Educação, cujas orientações chegaram às escolas já perto do seu encerramento e da hora de saída. E sabemos que o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) falhou clamorosamente e que tem de haver uma reflexão para futuro sobre o seu funcionamento.

Sabemos que as consequências poderiam ter sido piores — e não o foram, felizmente, graças à forma como as pessoas que estavam no terreno atuaram —, mas isso não nos deve afastar de fazer uma análise mais profunda, sobretudo de uma das dimensões sobre a qual gostaria de lhe deixar uma pergunta, e falo da soberania energética.

Tivemos logo algumas vozes, em particular dos negacionistas climáticos, que vieram criticar o rumo que o País tem feito na transição para modos de produção de energia mais limpa. O próprio Primeiro-Ministro falou na construção de duas novas barragens com o sistema *black start*, e sabemos que houve quem viesse, saudosamente, falar nas centrais a carvão e a gás, sistema que não foi solução na vizinha Espanha, precisamente porque não funcionaram, tal como não funcionaram quatro das sete centrais nucleares em Espanha. Por isso, é preciso assegurar, não só, que temos em cima da mesa a garantia de que as centrais eólicas e solares fazem uma migração urgente para inversores *grid-forming*, mas também que as infraestruturas críticas, como os hospitais, deixem de estar totalmente dependentes destes modos de energia e tenham autonomia energética, em particular com sistemas inteligentes em *islanding* e também de renováveis.

Por isso, pergunto se o Governo está disponível para avaliar este tipo de soluções, algo para que o PAN já tem alertado.

No caso dos painéis fotovoltaicos, as pessoas que têm energia acumulada em casa não a puderam utilizar e ficaram, à mesma, às escuras. Isto é um absurdo legislativo e pergunto se estão disponíveis para o corrigir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, durante 2 minutos, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o apagão de segunda-feira mostrou como estamos vulneráveis neste tipo de situações e, sobretudo, a nossa falta de preparação — questão, aliás, para a qual o Livre já tinha alertado quando, em dezembro passado, discutimos aqui, em Plenário, as questões relacionadas com a preparação civil, com a necessidade de *kits* de emergência e de divulgação de informação à população.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Em primeiro lugar, e porque essa informação também não foi dada de forma completa — ao contrário, por exemplo, do que aconteceu em Espanha —, gostaríamos de questionar relativamente às consequências deste evento sinistro. O Sr. Ministro já nos disse que, em termos de vítimas mortais estamos a falar de zero — portanto, não aconteceu —, mas, em termos de prejuízos, pergunto se já há alguma estimativa que o Governo tenha.

Por outro lado, os dias seguintes a um evento deste tipo são fulcrais para podermos planear o futuro. Enquanto a memória está fresca, é essencial fazer um levantamento daquilo que correu bem e daquilo que correu mal desde as grandes questões até às pequenas questões.

Como o Livre já teve oportunidade de sugerir, entendemos que é essencial que se faça um questionário que nos diga, a todas as entidades públicas e à sociedade no geral, por exemplo: quantas crianças ficaram sem almoço nas escolas devido ao apagão; quantos, e quais, os centros de saúde que tiveram de levar vacinas e medicamentos para hospitais ou, nalguns casos, até para supermercados; e o que é que está a ser feito, desde já, para melhorar a intervenção do Estado em situações semelhantes — já propusemos este diagnóstico e gostaria de perceber se o Governo tem disponibilidade para avançar com o mesmo.

E, porque estes problemas não são novos — as falhas no SIRESP não são novas e já nos temos apercebido da falta de preparação sempre que há algum tipo de situação deste género, como quando houve o sismo, em agosto —, o Parlamento também não pode escapar às suas responsabilidades. Por isso, o Livre também já demonstrou a disponibilidade e a vontade de termos discussões mais alargadas no Parlamento, desde logo numa comissão eventual ou numa comissão parlamentar de inquérito, que não só avalie aquilo que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, está esgotado o seu tempo de intervenção.

O Sr. Ministro dispõe de 2 minutos de 36 segundos para responder.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, obrigado pelas vossas questões. As respostas que darei juntam-se às dezenas que vos dei ontem, em reunião que tivemos, a pedido do Governo, aqui no Parlamento. Sem prejuízo disso, há várias novas.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, permita-me só corrigi-la: este parágrafo não se deve à propriedade de empresas que são portuguesas, ainda que tenham parte da propriedade estrangeira. Esse parágrafo é relativo a fornecedores identificados como sendo de risco, pelas autoridades de segurança nacionais, a redes portuguesas.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

E o que é que o Governo está a fazer? Apresentou ao Parlamento a lei do regime de cibersegurança, que, no seu artigo 18.º ou 19.º, fortalece os poderes das autoridades públicas para protegerem a segurança do sistema. Pedimos ao Parlamento que a aprovasse e terminamos a Legislatura sem ela estar aprovada pelo Parlamento.

Sr.^a Deputada Paula Santos: para que é que serve o consumo de energia quando ela vem do estrangeiro?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não foi essa a pergunta que foi feita! Foi: porque é que se importa?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Olhe, serve, por exemplo, para alimentar bombagem, e isto significa permitir reforçar a capacidade para os momentos de pico; serve para empresas produtoras, industriais, que precisam de comprar no mercado *spot*; serve para os consumidores empresariais e domésticos comprarem mais barato...

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

... e, por isso, poupem quando adquirem num mercado que não é regulado.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr.^a Deputada, deixo consigo as discussões e as opções ideológicas.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, não vale a pena alimentarem a tese das *fake news*. Eu próprio fui o primeiro responsável político a falar, em nome do Governo, em vários meios de comunicação social, e fui muito claro sobre o que é que existia e o que não existia. Portanto,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Ministro Castro Almeida falou 10 minutos antes!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... não inventem, seguramente, contribuições.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — E o resto das perguntas?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Depois, Sr. Deputado Paulo Muacho, claro que achamos importante haver uma aprendizagem, lições que depois se seguem em respostas. Por isso, por um lado, propusemos a criação da comissão técnica independente com sete especialistas — quatro que indicámos e três a serem indicados pelo Parlamento — e, por outro lado, as várias autoridades estão já a fazer uma aprendizagem de lições.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

Relativamente ao Partido Socialista, saúdo o facto de só terem perguntas a fazer sobre como comunicámos e não como coordenámos. Felizmente, não estão a falar de vítimas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

Protestos dos Deputados do PS António Mendonça Mendes e Pedro Vaz.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... nem de quebras de serviços, que não aconteceram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Lamento muito por aqueles que, em vez de saudarem, como nós fizemos, e se juntarem ao esforço, tentam ser oportunistas com uma desgraça que não aconteceu.

Vozes do PS: — Não! Não!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não aconteceu a desgraça que parece que alguns desejavam!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Vaz pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Presidente tivesse oportunidade de solicitar ao Governo — porque foram feitas perguntas objetivas — que respondesse às perguntas feitas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O Galamba responde!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — ... pelo menos por escrito, e de preferência ainda hoje.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Diga lá o que é que queriam!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Era o Galamba que respondia mais rápido!...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro assinala que deseja usar da palavra. É para que efeito?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, é para efeito de uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — É com o mesmo objetivo. Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — É para dizer ao Sr. Presidente da Assembleia da República que o Governo, como o Sr. Presidente sabe, está totalmente disponível para partilhar a informação toda que tem,...

Vozes do PS: — Toda?! Responda!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... sobre todos os eventos, hora a hora, incluindo a demonstração de que nos primeiros 15 minutos o Governo e as autoridades já estavam em contacto com a REN e com a E-Redes. Mas, Sr. Deputado, o que lhe peço a si e a todos os Srs. Deputados é que enviem, por favor, por escrito, ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, todas as perguntas que ainda tiverem...

O Sr. **Pedro Vaz (PS)**: — Estão feitas!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira (PS)**: — Estamos aqui!...

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e o Governo preparará as respostas, que entregará ao País e aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Deputado e ao Sr. Ministro terem poupado o trabalho ao Presidente da Assembleia da República, para solicitar e para responder.

Entramos agora na fase de debate e, para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Salvador Malheiro, do PSD, que dispõe de 4 minutos e 30 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Salvador Malheiro (PSD)**: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Aquilo que aconteceu na segunda-feira passada, a interrupção de fornecimento da eletricidade, foi, de facto, um assunto extremamente grave. Um assunto que, aliás, foi até comparado com o período de pandemia.

Sobre essa matéria, creio que todos os partidos políticos deviam ter assumido esse interesse nacional e ter ajudado, deviam ter sido sérios, mas o que vimos não foi isso. *A contrario* da atitude do Partido Social Democrata, que, aquando da pandemia,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro (PSD)**: — ... colaborou e ajudou o Governo, agora temos os partidos políticos a criticar, apenas e só, por criticar.

Protestos do PS.

Apontam falhas de comunicação, e eu recorro que, perante aquele apagão, sem eletricidade, as comunicações eram extremamente complicadas.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Mesmo que tivéssemos usado o canal de comunicação preferencial do Sr. ex-Ministro das Infraestruturas para falar com os seus colaboradores, para os despedir,...

Vozes do PSD: — Verdade!

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... iríamos ter problemas, porque o *WhatsApp* também não funcionou bem.

Risos do PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Mas se o Partido Socialista aponta falhas de comunicação é porque reconhece que, em termos operacionais, o Governo esteve bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Foi um Governo presente,...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — De gestão!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... foi um Governo competente, foi um Governo eficiente. E, já que estamos em período de comparações, recordemo-nos todos desse período, em 2017, dos incêndios,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem! Deviam ter vergonha!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... em que tivemos um Governo completamente ausente.

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por amor de Deus! Morreu gente! Morreu gente, queimada na estrada!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pior do que falhas na comunicação por parte do Governo — que admito que possamos ter tido — é o facto de termos partidos a comunicar com base em falsidades,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... em mentiras, em questões que, na realidade, nunca aconteceram. Em primeiro lugar, o apagão começou em Espanha, não em Portugal,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ou seja, estamos agachados a Espanha!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... e não por causa de nenhuma instalação energética de origem renovável.

Em segundo lugar, em Portugal este problema resume-se, apenas e só, ao transporte de energia elétrica, não à sua produção. Por isso, nunca esteve em causa a soberania nacional em termos de energia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Ouçam, ouçam!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Portanto, aos Srs. Deputados aquilo que se pede é seriedade. Num momento crítico, quanto mais interligações existirem melhor será para o nosso País,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... para a resiliência da nossa rede elétrica. Se tivéssemos mais interligações entre a Espanha e a França, a probabilidade de existir este apagão seria muito, muito menor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — E recorde — já que estamos em período de comparações — o trabalho notável que foi feito pelo Governo do Partido Social Democrata, liderado por Pedro Passos Coelho, que lançou as bases para que pudéssemos ter um incremento dessas interligações elétricas entre a Ibéria e a França.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — *A contrario*, nos Governos do Partido Socialista tivemos esse assunto completamente colocado na gaveta e nada avançou.

Por outro lado, falando das centrais a carvão, que foram desmanteladas — e bem desmanteladas —,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é que é seriedade!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... se estas estivessem a funcionar teríamos evitado o apagão.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não é essa a discussão que estamos a ter!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Mais do que isso,...

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

... se elas estivessem a funcionar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o arranque, o restabelecimento da normalidade não teria sido mais rápido, porque essas centrais...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A diferença para o PS está na seriedade!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — ... não têm autonomia energética para arrancar sozinhas.

Por isso, restam os factos. As questões factuais são de que Portugal esteve bem. Perante um assunto muito complicado, resolveu bem. A imprensa espanhola enalteceu o comportamento do Governo português. Não tivemos uma única vítima! Temos agora de olhar para o futuro e tentar mitigar estes riscos que podem acontecer a qualquer altura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado não tem nenhum pedido de esclarecimento.

Entretanto, aproveito para avisar a Câmara de que estão presentes nas galerias a assistir aos nossos trabalhos um grupo de utentes do Centro Social do Campo Grande, de Lisboa; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária António Sérgio, de Vila Nova de Gaia; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária de Santa Maria, de Sintra; e um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Campo, de Valongo.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A ausência de eletricidade foi e é uma questão de segurança — de segurança individual e de segurança enquanto comunidade.

Há sete meses, aqui, deste púlpito, afirmámos que segurança e liberdade eram duas faces da mesma moeda e que, infelizmente, em Portugal, olhando a diversos acontecimentos ao longo de anos, existia uma falta de cultura de segurança. Alertámos, sobretudo, para a segurança de instalações e de infraestruturas críticas — uma expressão que nos últimos dias tanto foi referida — e para a ausência de planos de contingência.

Nesta segunda-feira, os portugueses olharam com preocupação para a sua rede energética, mas também para as redes de telecomunicações, transportes, água e hospitalar. No final do dia, em espécie de balanço, pudemos afirmar que tudo tinha corrido bem, mas temos de saber reconhecer o que correu mal ou menos bem e também os riscos que existiram, porque só assim poderemos melhorar perante uma nova situação. Atuar preventivamente perante uma potencial situação que ninguém deseja não é mais do que elementar bom senso.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, entre aqueles que acham que tudo correu bem e os oportunistas é preciso reforçar a seriedade. Agora que a situação está em normalização, é tempo de serem feitas as auditorias e averiguações que permitam esclarecer cabalmente o motivo do acontecimento, bem como falhas ocorridas na gestão da situação, para que depois se melhorem procedimentos e se reforcem recursos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Claro!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E o que deve constar dessa avaliação global? Que lições e ilações tirar do que aconteceu? Permitam-nos três exemplos.

Primeiro, o Governo deve ser mais proativo e presente e falar a uma só voz. A gestão da comunicação pública serve para esclarecer e evitar mais insegurança e desconfiança. Até porque, perante um acontecimento destes, nos primeiros momentos, dos atores políticos quem deve falar são os Governos e não qualquer outro oportunista que perante a incerteza lança desinformação e desconfiança, apenas contribuindo para causar alarme e pânico.

Segundo, é urgente reforçar as interconexões elétricas. Não se pode abandonar Portugal à inevitabilidade de uma ilha energética.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É preciso reconhecer que a necessária transição energética não pode ignorar o potencial nem o papel de todas as formas de energia. Seguir o caminho da eletrificação das energias intermitentes, sem garantir que existem formas de armazenamento de energia, deixa-nos dependentes dos combustíveis fósseis. Não podemos ter complexos ideológicos com a segurança da rede de distribuição de energia. Ontem foram os combustíveis fósseis que ainda seguraram este País.

Terceiro, hospitais, redes de transportes, aeroportos e redes de telecomunicações têm de ter uma efetiva capacidade de contingência e redundância. É necessário investimento em sistemas de *backup* de energia de alta fiabilidade. Falta uma estratégia nacional de proteção das infraestruturas críticas. A arquitetura da rede precisa de ser mais inteligente, mais descentralizada e mais preparada para responder a anomalias sem colapsar. E falta mesmo a existência de um conceito legal de segurança nacional.

Muito do que acabei de dizer sobre o acontecimento desta segunda-feira também já o tínhamos afirmado há sete meses, recordando que a repulsa social, quase epidémica, à ideia de reforço da segurança do Estado, como se o sonho deste País de brandos costumes fosse espontâneo e naturalmente perpétuo — e por isso recordo, *ipsis verbis* —, será assim até deixar de o ser por força de reforma política ou por força das circunstâncias. No último caso, resta saber se estamos preparados para o seu eventual custo. Da nossa parte, não queremos que o País e quem cá vive sejam vítimas das circunstâncias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se não querem repetir a circunstância de segunda-feira de forma mais grave, há uma conclusão óbvia. Estão os restantes partidos disponíveis para, na próxima Legislatura, fazer aquilo que ainda não foi feito? Estão os partidos disponíveis para colocar como prioridade a segurança e a liberdade das pessoas e do País? Estas são as perguntas.

Não podemos, obviamente, terminar sem deixar uma palavra de reconhecimento a todos os que, na segunda-feira, cumpriram com zelo e dedicação a sua função. Aos trabalhadores públicos e privados, aos funcionários do Estado e das empresas, nas forças e serviços de segurança, na saúde e na proteção civil, nos transportes, nas escolas, na comunicação social, no comércio e nos serviços, a todos o nosso reconhecimento. Desta vez, correu bem.

Aplausos da IL, dos Deputados do PSD Alexandre Poço e Carlos Reis e da Deputada do PS Alexandra Leitão.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 2 minutos e 29 segundos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A nossa primeira palavra é de reconhecimento para os trabalhadores que asseguraram os serviços essenciais. Também uma palavra para o pequeno comércio, que acabou por acudir às necessidades da população quando as grandes superfícies foram fechando porque não tinham sistemas de pagamentos.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias e do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Este episódio convoca-nos a refletir sobre a segurança que se vive, a segurança real, e menos sobre perceções de segurança. E a segurança vivida é a segurança de pessoas e bens, é a segurança dos serviços essenciais — dos transportes, da saúde, da água —, é a segurança de serviços que são garantidos por empresas privadas como as telecomunicações, que foram incapazes de cumprir a sua obrigação e de fornecer serviços que pudessem proteger e garantir a comunicação entre as populações. Nem a refinaria de Sines conseguiu que os seus sistemas de redundância funcionassem mais do que umas poucas horas e teve de parar. Que o metropolitano tivesse de evacuar pessoas porque não era capaz de ter um sistema de redundância que permitisse chegar à próxima estação, preocupa-nos a todos. Que o fornecimento de água tenha falhado em algumas zonas e pudesse vir a falhar no futuro, preocupa-nos a todos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Depende dos sítios!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que os centros de saúde não tivessem condições para manter vacinas e não sabendo nós até quando é que o SNS (Serviço Nacional de Saúde) iria aguentar, preocupa-nos a todos, porque sabemos que o País não está preparado para uma eventualidade extrema, não está preparado para fenómenos extremos.

As alterações climáticas são hoje uma das maiores ameaças à segurança.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Continuam com essa conversa!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Elas exigem que se faça a transição energética, mas a transição energética coloca novos riscos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, pois!...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E também, além disso, há eventos climáticos extremos com os quais não estávamos habituados a lidar. É mais provável irmos a lidar com sismos, é mais provável irmos a lidar com cheias, é mais provável irmos a lidar com fenómenos que vão convocar toda a nossa capacidade para enfrentar estes episódios.

Por isso, nós queremos ter a garantia de que há uma segurança verdadeira e não uma resposta a fantasmas e percepções sobre o que é uma suposta segurança ou insegurança. E o que diz o RASI, Sr. Ministro, é que há a presença de operadores e fornecedores estrangeiros, considerados de risco, em setores estratégicos nacionais. A energia é um setor estratégico nacional e a REN é um operador detido pelo Estado chinês.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 5 minutos e 30 segundos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A primeira palavra que se exigia aqui, hoje, de um Governo responsável, era um pedido de desculpa, porque durante 11 horas vivemos um caos, mas preferiram vir aqui e fazer um momento de campanha e um elogio à liderança amedrontada de Luís Montenegro.

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém falou disso!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É que o apagão deixou milhões de portugueses e espanhóis sem eletricidade e não foi um mero incidente técnico. Foi, acima de tudo, um reflexo da fragilidade estrutural do nosso País. Mais uma vez, os portugueses ficaram às escuras, literal e figurativamente.

E porquê? Porque Portugal está há décadas entregue a Governos que colocam a ideologia acima da segurança, o alinhamento europeu acima da soberania nacional e a propaganda acima da verdade.

Protestos do PSD.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em primeiro lugar, falhou a soberania e a segurança energética. É certo que dependemos de interligações com Espanha e de decisões que nos são impostas de Bruxelas. A nossa produção interna está limitada por políticas que demonizam o carvão, bloqueiam fontes mais seguras e limpas, como o nuclear,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Como é que sabes isso?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... e empurram o País para uma dependência perigosa de fontes intermitentes, como a eólica e a solar. Sem garantias de *backup* real, como vivemos?

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Verdade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Todos os especialistas afirmam que as renováveis trazem intermitência, instabilidade e imprevisibilidade ao sistema elétrico. E o que é que fizemos nós? Nada. Colocámos todos os ovos na mesma cesta do renovável para estarmos de mãos estendidas a Bruxelas e à sua Agenda Verde.

Aplausos do CH.

Encerrámos as centrais de Sines e do Pego, sem garantir alternativas fiáveis e estáveis. E quando a rede ibérica falhou, ficámos de mãos atadas. Agora, a narrativa oficial do regime é de que somos autónomos. Tão autónomos que até retomámos a rede de produção elétrica nacional. Mas isto é falacioso, porque se fôssemos verdadeiramente autónomos, não teríamos demorado mais de 10 horas para conseguir restabelecer a rede elétrica nacional.

Sobre segurança energética, um país com a dimensão de Portugal não pode ter apenas duas centrais com capacidade de *black start*. Quando os portugueses pagam uma das faturas energéticas mais caras da Europa, o que exigem é não ter quebras e falhas desta dimensão.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Dizem os marretas do costume que estes incidentes não são possíveis de prever. Será assim?

Protestos de Deputados do PSD.

Na era da digitalização de consumos e de produção, não é mesmo possível ter mais capacidade de previsão? Todos nos lembramos do apagão que deixou Paris às escuras em plenos Jogos Olímpicos, ainda no verão passado. Ou, por exemplo, do apagão que em 2023 deixou a Itália quase 24 horas sem energia. Será que a classe política portuguesa é assim tão amadora para não compreender as fragilidades da rede elétrica do sul da Europa?

Um país que não consegue manter o controlo sobre a sua própria produção energética é um país refém. E Portugal tornou-se refém das decisões que são tomadas em Madrid ou em Bruxelas. Meus caros, isto não é transição energética, é submissão energética, e numa altura de tensões geopolíticas emergentes, não há melhor apoio aos aliados do que sabermos bastar-nos a nós mesmos nas horas mais críticas.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em segundo lugar, falhou a comunicação política. Durante quatro horas, o Primeiro-Ministro manteve o silêncio. Os cidadãos não sabiam o que estava a acontecer e circulavam versões contraditórias: falha na rede, ciberataque, navios russos, um problema meteorológico. Ninguém sabia. Aliás, 48 horas depois, continuamos sem esclarecimentos cabais.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Em terceiro lugar, falhou a emergência. As telecomunicações falharam e os SMS de alerta da Proteção Civil não chegaram nem a 50 % da população. Mas pior: o SIRESP voltou a falhar. Depois de 700 milhões de investimento público, o SIRESP voltou a falhar. Sim, o mesmo sistema de comunicações críticas que falhou tragicamente nos incêndios de 2017 e que nos custou dezenas de vidas.

Quantas vezes mais vamos continuar a fingir que está tudo controlado? Quantas vidas vamos colocar em risco até que alguém assuma verdadeiramente responsabilidades? Se um simples colapso elétrico consegue paralisar hospitais, aeroportos e forças de segurança, imaginemos o que é que aconteceria num ataque real, num desastre natural ou num colapso total da rede.

Em quarto lugar, falhou o planeamento. Onde estiveram os planos de contingência para escolas, para centros de saúde, para idosos dependentes de equipamentos elétricos? Onde estava a capacidade do Estado de garantir o mínimo: luz, segurança e informação? Portugal não é resiliente e a forma como os cidadãos correram desenfreadamente para supermercados e a forma como expressaram o seu desespero mostra que não estamos resilientes.

Esta crise não é um episódio isolado, é o resultado de décadas de desgovernação. O bom senso exige equilíbrio. A transição energética não pode ser feita à custa da resiliência do sistema nem da capacidade de resposta em situações críticas.

PS e PSD fizeram parte desta máquina que desmantelou o sistema elétrico nacional em nome da propaganda. Agora falam alto, mas calam o essencial. A responsabilidade é deles, a responsabilidade é vossa. São cúmplices um do outro. O PSD, sempre com aquele ar sonso de oposição educada, a aprovar as decisões estruturais erradas que o PS fez. Sempre prontos a partilhar o poder, os cargos, os conselhos de administração como duas faces da mesma moeda. É tempo de dizer «chega!», porque não se pode apagar uma nação com 900 anos de história.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos e 26 segundos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar, uma saudação a todos os trabalhadores que, mais uma vez, mostraram que são fundamentais para o nosso País.

Houve insuficiências e atrasos nas comunicações, incluindo no INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), na informação à população. E o SIRESP, sempre que é preciso, falha.

Aí está o resultado da existência de redundâncias e da privatização de empresas estratégicas. Os operadores são todos privados e o que lhes importa são os lucros e os dividendos. É este o resultado de mais uma PPP (parceria público-privada) a que sucessivos Governos deram cobertura, quando este serviço central para a segurança do País deveria estar sob o domínio do investimento público.

O Governo substituiu uma efetiva comunicação à população por um rodópio de declarações de membros do Governo, instrumentalizando a Proteção Civil, mais preocupados com o mediatismo do que com a tranquilidade e o rigor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sabemos que a quebra de fornecimento de energia elétrica afetou diversos setores de atividade. O Governo foi muito célere a vir dizer que a resposta foi positiva, mas ainda não disse uma palavra sobre que medidas pretende adotar para apoiar, em particular, as micro, pequenas e médias empresas afetadas, como é o caso da restauração.

Dito isto, é preciso olhar para as questões de fundo. A transição energética em curso utiliza o ambiente como pretexto para salvaguardar os interesses das grandes empresas energéticas, quando o que é preciso é uma transição energética que garanta soberania e segurança energética e que defenda os interesses do País, com a combinação de produção de energia a partir de diversas fontes, prevenindo, assim, riscos evitáveis.

As vulnerabilidades do sistema elétrico nacional não estão dissociadas de opções políticas de segmentação, privatização e liberalização do setor energético, da responsabilidade de PS e PSD, e que têm o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega. O espartilho por diversas empresas da distribuição, da produção e da comercialização, todas privadas, deixam o País sem instrumentos para intervir em situações como a que ocorreu.

Não é por acaso que a França ou a Alemanha estão a recuperar o controlo público deste setor: é que o setor energético é demasiado importante para que possa estar amarrado aos interesses do mercado.

O controlo público do setor energético é o garante de um sistema elétrico nacional articulado, coerente e eficaz, e é a resposta estrutural para garantir a segurança e a soberania energéticas no nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr.^a Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 1 minuto e 45 segundos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Junto-me às restantes bancadas que saudaram todos os trabalhadores, forças de segurança e serviços de proteção civil que mantiveram tudo aquilo que continuou a funcionar, e o pequeno comércio que ficou aberto e que foi um apoio também a muitas pessoas.

O apagão que vivenciámos na segunda-feira não resultou em nenhuma falta ou quebra de produção de energia. É preciso sermos muito claros sobre isso e rejeitarmos estas leituras simplistas e populistas que têm outros objetivos. Já ouvimos aqui esse discurso ignorante e mentiroso da parte do Chega.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mentiroso és tu!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Tentar regressar a fontes de energia fóssil seria não só um retrocesso ambiental como também completa e economicamente insustentável.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Energia nuclear não é fóssil!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — O caminho tem de ser continuar a investir na transição energética e, sobretudo, investir na descentralização, ter mais produção e distribuição de energia descentralizada, mais comunidades de energia renovável. Nós precisamos de investir naquilo a que o Livre chama «escolas solares», com painéis solares e com capacidade de armazenamento, que permitam abastecer todo o bairro à sua volta. Basta vermos, por exemplo, aquilo que aconteceu na Universidade de Coimbra, que, por ter uma microrrede a funcionar, continuou a ter acesso à eletricidade.

Devemos usar este momento, sim, para ter um debate informado e sério sobre a forma como produzimos e consumimos energia em Portugal e não deitar por terra os esforços que têm estado a ser feitos na descarbonização. E se temos de investir na resiliência do sistema energético e descentralizar a produção para ter menos pressão e depender menos dos sistemas centralizados, devemos sim reforçar as interligações com o resto da Europa.

Não podemos deixar-nos enganar por aqueles que nos querem orgulhosamente sós. Todos os especialistas são claros em que, com menos interligação à Europa, este tipo de situações poderia ser mais frequente e acontecer mais. Portanto, estas soluções que nos estão a apresentar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que mais nenhum dos Srs. Deputados que dispõem de tempo deseja falar, passaremos à fase do...

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que temos hoje resulta de um incidente que foi muito grave; contudo, e ao que tudo indica, inesperado. Sendo já evidente para todos, não é de mais reforçar o que tem sido dito: o problema da falha de abastecimento de energia elétrica nada tem a ver com a capacidade de produção nacional de energia ou com as suas fontes.

Na sequência do incidente, o Governo anunciou, e bem, a constituição de uma comissão técnica independente para avaliar o sucedido no sistema elétrico nacional e anunciou medidas relativas aos centros eletroprodutores *black start*, que já se encontravam planeados pelo Governo anterior e pela REN.

Decidiu ainda uma avaliação ao SIRESP, esquecendo-se de referir e ignorando o trabalho que lhe foi deixado em matéria de interoperabilidade com a rede de comunicações da defesa nacional e o procedimento para a implementação de um sistema de difusão celular, que lhe teria permitido, querendo, enviar SMS para todos os cidadãos, mesmo sem comunicações móveis.

De acordo com o noticiado hoje no jornal *Observador*, o Ministro das Infraestruturas, porque é engenheiro eletrotécnico, ficou com a parte da resolução técnica do problema da falha de energia, esquecendo-se de tratar do caos no aeroporto;...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... o Ministro da Presidência, com a gestão tática operacional, o INEM e a direção executiva do SNS; o Ministro da Economia com as farmácias; e o Sr. Primeiro-Ministro com a articulação e, pelo que se leu, com o combustível da Maternidade Alfredo da Costa.

A Ministra do Ambiente e Energia e a Ministra da Administração Interna, acompanhadas pela Ministra da Modernização Administrativa, ficaram a ver. A Ministra da Saúde estava no Norte.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Dobra a língua! Que machista!

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — São tão rasteiros!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Este é o retrato da gestão ao mais alto nível da crise que afetou todas as empresas, todas as atividades socioeconómicas, todos os portugueses.

A questão que devemos perguntar-nos é: por que raio existe uma lei de segurança interna, uma lei de bases de proteção civil, uma lei de planeamento de emergência civil, uma lei de infraestruturas críticas?

Obviamente que não é assim e, apesar da clara falta de liderança do Governo, ficou, ele sim, sem energia, na passada segunda-feira.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

As estruturas do Estado e da sociedade civil e os cidadãos tiveram de se substituir ao Governo naquilo que era a sua tarefa. Não fossem as estruturas altamente profissionais, competentes e capacitadas da Proteção Civil, da segurança e serviços públicos essenciais, o País ainda hoje não teria restabelecido a normalidade.

É aos cidadãos portugueses, às suas empresas, aos profissionais de saúde, da PSP (Polícia de Segurança Pública), da educação e dos serviços públicos essenciais, como a água e o saneamento, e aos motoristas dos transportes públicos rodoviários que o País deve o seu agradecimento. Foram todos eles que evitaram que, do incidente ocorrido, houvesse um desfecho que poderia ter sido bem pior para o País.

Vozes do PSD: — Oh...!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Toda a gente trabalhou bem, exceto o Governo!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Quando falha a liderança política, sobra a liderança profissional, cívica e social dos portugueses.

O Governo falhou na gestão e liderança da crise. Não é inédito: aconteceu no ano passado nos incêndios, aquando da greve do INEM.

Risos de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Governo falha a liderança e a gestão política; só não falha a propaganda.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Perante o que aconteceu no nosso País, naturalmente que a primeira palavra é de agradecimento e reconhecimento a todos os portugueses pela serenidade, maturidade e espírito solidário que revelaram nesta situação, e uma segunda para todas as entidades públicas e privadas que também revelaram a sua prontidão, a sua competência e o seu espírito de dedicação à causa pública. Neste caso, especialmente, aos profissionais do SNS e aos profissionais das forças de segurança e das Forças Armadas, que revelaram essa disponibilidade e essa competência.

Tivessem os atores políticos a mesma elevação que tiveram os cidadãos e que tiveram estas entidades e o País estava certamente melhor.

Sobre isso, sobre a última intervenção que ouvimos, há que dizer que é lamentável que um partido que governou e que supostamente pretenderia voltar a governar o País tenha esta atitude. E que contraste com a intervenção que aqui fez, por exemplo, o Sr. Deputado Salvador Malheiro, destruindo algumas teorias da conspiração que pretendem responsabilizar os Governos do Partido Socialista por aquilo que aconteceu. Porque o que é mentira é mentira, esteja quem estiver no Governo e esteja quem estiver na oposição!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

E deve ser denunciado. Aquilo que corre bem, corre bem, esteja quem estiver no Governo e quem estiver na oposição! É por isso que uns têm elevação e capacidade para governar; outros, nem para fazer oposição sabem e servem, porque não estão à altura.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

A questão que temos de colocar perante a atitude que o Partido Socialista teve a partir de segunda-feira à noite — porque até segunda-feira à noite esteve bem caladinho — é se não foi o assessor de comunicação que perdeu a rede também e deixou de dar indicações ao Secretário-Geral do Partido Socialista,...

Risos do PSD.

... porque se há apagão que aconteceu, e que ainda não está resolvido, é o do bom senso que esse assessor de comunicação tinha trazido ao Secretário-Geral do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Pelos vistos, é mais difícil recuperar o bom senso no PS do que recuperar a energia elétrica no País inteiro. Esse ainda não está resolvido.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, perguntem aos portugueses, depois do que aconteceu segunda-feira e da ação do Governo, não desejando nós ter nenhuma situação destas, quem é que eles acham, e acham mesmo, que é preferível ter no futuro a lidar com uma situação destas: o Governo que lidou com o apagão de segunda-feira ou os Governos que lidaram, por exemplo, com os incêndios em que morreram dezenas de portugueses?

Protestos de Deputados do PS.

Aqueles Governos, esses sim, que nem comunicação a quem estava numa estrada conseguiram fazer chegar, a pessoas que morreram numa estrada porque receberam indicações erradas?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Tenham vergonha!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — E o INEM?! E os que morreram? E o INEM?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sou do tempo, Srs. Deputados, e a esmagadora maioria dos portugueses lembra-se, de que havia quem recomendasse aos portugueses que não usassem máscara durante a pandemia porque usar máscara passava uma falsa sensação de segurança. É que a lidar com problemas graves nós já tivemos o Partido Socialista,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

... e, lembrando-nos de como era a lidar com situações graves, tivemos agora uma situação clara.

Vamos ao que o Governo fez ou, em primeiro lugar, já tinha feito. Os senhores deixaram uma situação em que a central da Tapada do Outeiro estaria fechada a 31 de dezembro.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Falso!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Falso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi este Governo que decidiu prolongá-la primeiro até 31 de março, depois até 31 de março de 2026 e agora até 31 de março de 2030. Ou seja, não só foram tomadas as medidas certas para o presente, certas para o futuro, mas já tinham sido tomadas aquelas que evitaram uma situação muito mais grave.

Por isso, Srs. Deputados, humildade fazia-vos bem, mas o País...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Olha, olha, olha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, vamos fazer chegar à Mesa, para distribuir, o plano da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), que desmente o Sr. Deputado João Almeida.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não é preciso polígrafo! Nós somos o nosso próprio polígrafo!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Rita Matias está a pedir a palavra também para uma interpelação à Mesa?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, porque nos parece que esta Casa não pode deixar passar em branco as declarações do Sr. Deputado Pedro Vaz e porque não deixaria passar em branco caso tivesse sido o Deputado André Ventura ou qualquer outro da minha bancada a fazê-lo, quero dizer que foi de extremo mau tom o Sr. Deputado ter dito, enquanto descrevia as funções do gabinete de emergência, que a Sr.^a Ministra do Ambiente, a Sr.^a Ministra da Administração Interna e a Sr.^a Ministra da Modernização ficaram sem fazer nada — talvez em função de julgar que são mulheres e que por isso não tiveram responsabilidades.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não fui eu!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isto não só é injusto — e não me compete a mim fazer a defesa da honra destas ministras — como, acima de tudo, tem de ser deixada nota,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isto é uma interpelação?! É uma intervenção!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... porque o Partido Socialista passa a vida a falar da presença das mulheres na política, mas depois é assim que as maltrata.

Por isso, fica a nota feita pelo Grupo Parlamentar do Chega: solidariedade a estas mulheres em exercício de poder!

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Está muito feminista!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para pedir desculpa!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Vaz pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, quero dar inteiramente razão à Sr.^a Deputada Rita Matias, mas vou entregar ao Sr. Presidente a notícia de hoje do jornal *Observador*, porque foi o jornal *Observador* que o disse, não fui eu.

Vozes do PS: — É verdade!

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Antes do encerramento, temos a intervenção da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que tem 15 segundos para gerir com a grande competência e eficácia que costuma revelar.

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do PS.

Srs. Deputados, são 15 segundos que têm de ser bem aproveitados.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente, e assim serão.

Sr. Ministro, eu lamento que há pouco tenha deixado os portugueses sem resposta a uma pergunta absolutamente essencial, porque o Sr. Ministro foi atrás de outro tipo de dúvidas que aqui foram levantadas, nomeadamente com a delonga poder causar desinformação. Mas, no que diz respeito à autonomia e soberania energética, não respondeu se está ou não disponível para rever a lei e garantirmos que as infraestruturas são adaptadas não só a efeitos climáticos extremos como a questões de segurança e até a cibersegurança. No entanto, hoje os portugueses querem saber como lidar quanto ao consumo. E, portanto, era importante que no debate...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Respondi ontem! Já lhe respondi!

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção final de encerramento, tem a palavra a Sr.^a Ministra do Ambiente e Energia, que dispõe de 6 minutos para o efeito.

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia** (Maria da Graça Carvalho): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Em discussão, neste debate, estiveram essencialmente duas questões: em primeiro lugar, a gestão da crise por parte do Governo, em especial as opções em termos de políticas de energia; em segundo lugar, o que devemos fazer para que tenhamos energia ainda mais segura, sustentável e a custos competitivos.

O que o Governo fez desde a primeira hora, como era sua obrigação, foi recolher o máximo de informação, tomar decisões em articulação com as diferentes autoridades competentes, no sentido de assegurar a capacidade de resposta nos serviços essenciais e garantir a segurança e a ordem pública, e desencadear os procedimentos necessários para restaurar a normalidade.

Nesse sentido, construímos um gabinete de crise para dar resposta à situação. Reunimos de urgência o Conselho de Ministros,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não serviu para nada!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — ... o qual, em contínuo, ao longo de toda a crise, assegurou a coordenação política.

Houve uma estreita articulação entre os serviços da Proteção Civil e os serviços dos vários ministérios. Estivemos sempre em articulação com Espanha e com as instituições da União Europeia. Eu própria comuniquei diretamente, várias vezes, com a Sr.^a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Teresa Ribera, e com a minha congénere espanhola, a Ministra da Energia. Declarámos a situação de crise energética para acautelar o funcionamento dos serviços essenciais e evitar disrupção. Ativámos a rede estratégica dos postos de abastecimento.

O Centro de Coordenação Operacional da Energia, da ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético), deu resposta ao abastecimento de combustíveis e de infraestruturas críticas.

Na sequência da declaração de crise energética, mobilizámos operadores de combustíveis e acionámos diferentes meios, como as Forças Armadas, a GNR (Guarda Nacional Republicana) e os bombeiros, para assegurarem o abastecimento de serviços essenciais, como os hospitais, as prisões, as empresas de água, entre outros.

Quero sublinhar que, com a declaração de situação de crise energética, me foi atribuída a mim, Ministra do Ambiente e Energia, a responsabilidade de aplicar as medidas necessárias para lidar com a mesma. A quem questionou onde é que eu estava durante a crise e porque não compareci mais cedo perante as câmaras de televisão, eu gostava de responder:...

Vozes do PSD: — A trabalhar!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — ... estava a trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Tinha a responsabilidade de cinco áreas críticas: eletricidade, água, saneamento básico, combustíveis e gás. Entre as 11 horas e 33 minutos de dia 28 e as 11 horas e 30 minutos de terça-feira, durante 24 horas, ininterruptamente, estive em articulação com a REN, E-Redes, companhias de águas, e diversas outras entidades,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Eh! Com quais?!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — ... para assegurar o pleno restabelecimento da energia elétrica e o mínimo de perturbações nos outros serviços essenciais, desde o abastecimento da água, do gás, do saneamento, aos combustíveis.

Obviamente, na segunda parte, gostava de dizer que há sempre lições a retirar de crises. Os dois serviços do *black start* entraram em funcionamento quer na central da Tapada do Outeiro, quer em Castelo de Bode. Não foi à primeira, tivemos de fazer várias tentativas, mas entraram. Fomos, no entanto, autossuficientes, quando a Espanha não conseguiu pôr nenhum *black start* a funcionar e restabeleceu a sua rede através do recurso às interligações com França e Marrocos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Porque têm rede!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E têm carvão e nuclear!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — Mas nós não temos essas interligações.

Não registámos incidentes graves, apesar das perturbações que se verificaram. Portugal conseguiu adormecer, na segunda-feira, com o fornecimento de eletricidade reposto e inteiramente abastecido pela rede nacional, demonstrando a sua autonomia e a sua resiliência.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Às 4 da manhã em Monção não havia! Já não é Portugal?!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — Gostaria de dizer que tivemos sempre controlo do sistema nacional de eletricidade...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — ... e ainda hoje a nossa eletricidade, a que estamos a consumir hoje, é inteiramente produzida em Portugal.

Esta ocorrência, no entanto, deve levar-nos a melhorar o sistema energético. Temos um Plano Nacional de Energia e Clima, o PNEC 2030, que reforça a aposta na segurança do abastecimento. Assegurámos que o serviço *black start* da central da Tapada do Outeiro ficasse prorrogado até 31 de março de 2026. Havia um plano, mas não estava concretizado — nós concretizámos.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

Será também, como já revelou o Sr. Primeiro-Ministro, ativado pela REN o serviço de *black start* em duas centrais hídricas, do Baixo Sabor e do Alqueva, por um período de cinco anos. Solicitámos à Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia da União Europeia, a ACER, a realização de uma auditoria independente. E decidimos também criar uma comissão técnica independente, tendo em vista melhorar a nossa capacidade de preparação para crises futuras.

Quanto à capacitação dos nossos sistemas elétricos, temos desafios identificados e nos quais já estamos a trabalhar: investimentos na rede de transportes, a sua modernização e digitalização; mais armazenamento de eletricidade através de baterias e bombagem; o reforço das interligações energéticas, especialmente na Península Ibérica, com França. Em suma, temos um rumo, temos uma visão estratégica e temos revelado capacidade de execução, o que é muito importante.

Gostaria de terminar agradecendo a oportunidade deste debate e agradecendo o trabalho de todos os envolvidos para repor a normalidade, bem como o comportamento da população pelo enorme civismo...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isto é democracia!

A Sr.^a **Ministra do Ambiente e Energia**: — ... e entreadjudada que demonstrou.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão concluídos os nossos trabalhos. Em princípio, esta é a nossa última Comissão Permanente, mas *never know*.

Desejo a todos uma boa campanha, e lá nos veremos, se Deus quiser, a seguir ao dia 18 de maio. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Eram 16 horas e 42 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.